

CÂMARA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

TEXTO DEFINITIVO DA ATA Nº 20/ 2016

Da reunião extraordinária realizada, por força da aplicação do preceito contido no artigo 51.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2014, de 12 de setembro, no dia 27 de outubro de 2016, iniciada às 21:15 horas e concluída às 22:55 horas.

Sumário	1
Abertura	2
Ponto um	3
Encerramento	11

ABERTURA

ATA Nº 20/2016

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano dois mil e dezasseis, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, na Covilhã, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal da Covilhã, convocada por Edital de 24 de outubro de 2016, sob a presidência do Senhor Presidente Vítor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes os Senhores Vereadores Carlos do Carmo Martins, Pedro Miguel dos Santos Farromba, Nuno Flávio Costa Reis, em substituição da Senhora Vereadora Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus, Joaquim António Matias, Jorge Manuel Torrão Nunes e José Joaquim Pinto de Almeida.

A reunião foi secretariada por Júlio Manuel de Sousa Costa, Chefe de Divisão de Finanças, em substituição da Diretora do Departamento de Administração Geral.

E, pelas 21:15 horas, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos da presente reunião, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Orçamento para 2017, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapas de pessoal, atualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos***

1. Orçamento para 2017, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapas de pessoal, atualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos

O Senhor Presidente submeteu à apreciação da Câmara a proposta de Orçamento para 2017, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapas de Pessoal, atualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município, e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, complementada com informação da Divisão de Recursos Humanos, no que respeita ao mapa de pessoal dos colaboradores da Câmara Municipal.

Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

O Senhor Presidente explicou que “este é um Orçamento cujo valor é de 37.372.000,10€, mais 2 milhões do que o último Orçamento:

-receitas correntes 33.118.820,00€;

-receitas de capital 4.152.190,00€;

-outras receitas 1.000,00€;

-despesas correntes 20.394,184,00€;

-despesas de capital 16.877.816,00€, que corresponde ao valor do Plano Plurianual de Investimento;

No que concerne à receita temos um aumento de 348.000,00€ que se deve ao aumento do IMT, no que diz respeito aos impostos diretos.

Nos impostos indiretos temos mais 252.000,00€ que se deve ao fruto do aumento da atividade económica que, apesar de ser muito tímida, já se vai refletindo desta maneira.

Relativamente às transferências correntes, este incremento de meio milhão de euros, tem a ver com os Fundos Comunitários, PEDU e Pacto da CIM.

Quanto às vendas de bens e serviços e outras correntes, temos aqui um ajustamento do Orçamento à dura realidade municipal que, no fundo, é o que falámos no início do mandato, de que estarmos a caminhar para um Orçamento zero; as transferências de Capital são o valor dos Fundos Comunitários, propriamente dito, para o ano 2017.

Na despesa há um aumento no que diz respeito ao pessoal, que tem a ver com o subsídio de refeição, já previsto no Orçamento de Estado, bem como o fim dos cortes que foram ocorrendo durante o ano de 2016 que se irão repercutir também no ano de 2017.

Na rubrica bens e serviços temos os 350.000,00€, que é o primeiro pagamento à Associação de Municípios da Cova da Beira, pelo Acordo Judicial que fizemos, tudo o resto tem em conta a inflação prevista, que é de 1,5% e que tem também a ver com o aumento do valor da eletricidade no montante de 200.000,00€, aproximadamente.

Transferências correntes: da PARKURBIS temos os prejuízos desta e o aumento de 31.000,00€ para as Juntas de Freguesia e 37.000,00€ para as Associações.

Nos subsídios há uma diminuição em cerca de 5.000,00€ que tem que ver com o Acordo com a Covibus.

ATA DA REUNIÃO DE 27/10/2016

Nota final: aumento generalizado, exceto nos subsídios para as Freguesias que tem a ver com a obra que já foi executada e a obra efetiva.”

O Senhor Vereador José Pinto lamentou o facto de “não lhes ter sido dada a oportunidade de opinar para a elaboração deste documento de extrema importância, que será o último deste Executivo.”

De seguida apresentou o documento que a seguir se transcreve:

“Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

Estamos perante um documento para o qual poderíamos utilizar a expressão francesa “de já vu”. Sim, já vi, já li este documento em anos anteriores. Para justificar o que acabo de referir, basta recorrer às minhas intervenções onde alertei para o facto de estarmos perante um documento meramente contabilístico, cheio de espaços em branco, onde não se consegue ler a atividade proposta (dias das festividades, apoio às atividades culturais, é um bom exemplo) e que de Plano nada tem.

Continuamos apenas a saber donde vimos, muitas foram, diria até em demasia, as atividades que nos enquadro nos mais de oitocentos anos da nossa nacionalidade; sabemos que estamos na Cova da Beira, ao sopé da Serra da Estrela, mas virados de costas para o rio Zêzere não valorizando a sua importância para a economia do concelho e para região, e nem uma página, nem uma frase sobre o futuro, ou seja, para onde pretendemos ir e qual o caminho a percorrer.

Receando que o problema seja meu e para que melhor possa fazer-lhe compreender o que é um Plano, por que não recorrer a uma das definições retiradas de um documento governamental:

O Plano de Atividades integra o processo de planeamento e constitui uma peça fundamental, sublinho, fundamental, a partir da qual, se define para determinado período de tempo os objetivos, a estratégia e metodologia a seguir, assim como os meios e recursos a afetar com vista à prossecução dos objetivos determinados.

Mais:

O Plano de Atividades visa a programação de uma série de ações que convergem para a concretização das suas metas. Neste contexto, para cada ação, estão definidas as atividades que as integram.

Portanto estamos perante três Níveis de Composição:

Plano de Atividades – conjunto de ações integradas que visam, a concretização do Plano.

Ação – Atividade de âmbito mais restrito que compõem o plano de ação.

Atividade- Realização de atividade concreta e específica. (IPJ)

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, pergunto se o documento que nos é apresentado e para o qual demos muito pouco, para não dizer nenhum contributo, pois não nos foi solicitado, é um Plano de Atividades e seu respetivo Orçamento?

Apesar das nossas críticas e sugestões aquando da discussão dos Planos e Orçamentos anteriores, continuamos a ter à nossa frente um documento meramente contabilístico, como referi e muito pouco claro, pois as verbas estão lá mas não sabemos, na grande maioria, a que atividades se destinam e as descritas continuam a repetir-se desde que fazemos parte deste executivo. Como exemplo, deixo aqui as mais sonantes e da responsabilidade da atual maioria: obras PEDU; intervenção na escola Secundária H. Pinto; Orçamento Participativo e o seu já célebre insucesso; obras nas Freguesias, as mesmas de há três anos; ciclo via; ...

ATA DA REUNIÃO DE 27/10/2016

Por outro lado, assenta em receitas, algumas das quais de origem duvidosa, pois temos propriedades/terrenos, que são do domínio público e nos quais já existem equipamentos (Parques Infantis), como é o caso da Q. Branca, e temos espaços/lojas que acabaram de ser cedidos a Associações.

Também no âmbito dos impostos, IMI, foi justificado o voto contra a nossa proposta no sentido da diminuição do valor percentual do imposto a aplicar, de 0,35 para 0,34, pelo facto de se ter constatado uma diminuição na receita por imposição da legislação, valor esse mais de 500 000€, como tentou justificar um elemento do staff do senhor Presidente, confirmado ainda pelo responsável financeiro. No entanto, aquilo que verificamos é que a receita prevista em orçamento anda muito próximo da de 2016 e superior a 2015. Portanto, mais uma inverdade para justificar a cobrança de um imposto que penaliza as famílias. Por outro lado, constatamos um aumento de impostos indiretos.

Dissemos em anos anteriores, que a cooperação e descentralização de competências e meios para as Juntas de Freguesia continua demasiado pobre e contraria práticas anteriores em particular nos meios financeiros. Até diremos mais, são as Juntas que financiam a própria câmara quando adiantam as verbas para pagar às tarefeiras e para pagar os transportes aos idosos. O poder local de proximidade às populações continua assim muito distante.

Por outro lado, continua a não abordar a necessidade do reforço da qualidade ambiental em geral, através do reforço da limpeza e higiene públicas, da conservação e manutenção de espaços verdes de grandes dimensões e de proximidade e da sua ampliação como poderão ser as Hortas Urbanas.

A ação Estratégica de Mobilidade Urbana apresentada está confusa e receamos que não passe de uma ideia copiada sem enquadramento nas estratégias do concelho.

O Plano de Emergência Social continua entregue à iniciativa pontual das Juntas.

As infraestruturas/equipamentos, que os cidadãos do concelho pagaram com os seus impostos, continuam a estar apenas acessível aos bolsos dos que têm mais poder económico, sendo uma miragem para os restantes, em particular as crianças e jovens.

Continuamos a não perceber como este executivo pretende apoiar a agricultura. Não basta todos falarmos da importância que a agricultura poderá ter na economia local e pensarmos que com duas iniciativas pontuais, promoção da Pastinaca e do pêsego, prestamos um grande serviço à agricultura.

A atividade agrícola é muito mais do que isso e já em orçamentos anteriores dizíamos: Importa passar aos atos e o caminho seria, antes de tudo, dotar esta rubrica de verbas específicas com vista a:

- Melhorar os caminhos Rurais nas diferentes Freguesias numa perspetivo de apoiar os agricultores;*
- Recuperar os regadios tradicionais;*
- Apoiar as Associações de agricultores, incluindo as cooperativas, nas diferentes formas de escoamento dos seus produtos;*
- Repensar a Feira de S. Tiago e direcioná-la também para uma feira agrícola.*
- Chegou o tempo do concelho e em particular a cidade se virarem para o Rio Zêzere. Importa colocar este importante recurso, à semelhança de outros concelhos, ao serviço da economia local e retirar dele o que tem de bom na vertente agrícola (água para rega), turismo e lazer. Assim, propomos a criação de uma Praia Fluvial no leito do rio junto à Ponte de Álvares. A construção de um açude no local permitiria também a utilização deste recurso durante toda a época do ano. Para além de permitir a retenção da água para a agricultura, o espelho de água possibilitaria a prática anual dos desportos fluviais.*
- Sobre proteção civil nada.*

ATA DA REUNIÃO DE 27/10/2016

- Não refere uma palavra sobre a extinção e agregação das freguesias e a forma de impedir essa morte antecipada do Poder Local Democrático.

Enfim, estamos muito longe de ter um Plano e um Orçamento que falem entre si, já que aquele não existe. Temos um documento meramente técnico (contabilístico/financeiro) justificando algumas receitas alienando espaços do domínio público destinado à colocação de equipamentos nas urbanizações (parques infantis, e espaços verdes).

Sobre a água nem uma palavra escrita.

Onde se enquadram as empresas Municipais na concretização deste documento incompleto?

No que respeita ao mapa do pessoal proposto, não nos é explicado o local a preencher pelos 7 assistentes a contratar e por outro lado achamos fundamental a contratação de um técnico superior formado em psicologia.

Reconhecemos como positivo que, finalmente e por nossa insistência, está a ser aplicada a lei pagando aos alunos do 1º ciclo os auxílios económicos.

Também por falta de propostas da nossa parte não se pode queixar, pois até lhe aprovámos, e mais uma vez, a contratação de dois empréstimos para o ano 2017.

Como aqui fica claro, temos feito uma oposição construtiva apesar de sentirmos que o senhor não quer fazer uma gestão partilhada.”

O Senhor Vereador Pedro Farromba sublinhou que “estamos muito longe do orçamento zero. Eu duvido que tenham havido contributos políticos para este orçamento, porque este é um orçamento técnico. Para quem tanto criticava, no passado, a oportunidade que era dada aos Vereadores da Oposição de exprimirem a sua posição em relação ao orçamento, o Senhor tinha aqui uma oportunidade, neste seu último orçamento, de dar um passo em frente e mostrar que as coisas eram realmente diferentes e tem, tal como disse o Senhor Vereador José Pinto, o que, se calhar, nunca houve numa Câmara, que é este ambiente bastante saudável na Vereação. Começámos mal, tremidos, mas entramos no último ano de mandato com um espírito de entreatajuda bastante grande. Tinha aqui uma oportunidade de ouvir aos Vereadores da Oposição.

Este é um Orçamento que me preocupa, por não ter indicações técnicas, mas também porque mantém um conjunto de erros do passado, que se mantêm, mascarando o orçamento à semelhança do que aconteceu nos últimos anos.

Questiono se realmente estamos a cumprir integralmente a Lei dos Compromissos, porque face àquilo que li, confesso que tenho algumas dúvidas.

É um orçamento pobre na sua construção, pouco criativo na sua elaboração e totalmente irrealista na sua execução.”

De seguida os Senhores Vereadores Pedro Farromba e Nuno Reis fizeram a seguinte intervenção escrita:

“Análise ao Plano e Orçamento Municipal para 2017

O Plano e Orçamento apresentado resultado tão-somente de uma cópia mal elaborado das ultimas versões que este executivo tem apresentado aos Covilhanenses. Todos os erros contidos nos orçamentos anteriores mantêm-se e mesmo, nalguns casos acentuam-se, mostrando assim uma fragilidade governativa que desde há muito se vem confirmando. Este pode mesmo dizer-se é o Orçamento Paliativo.

Da análise da proposta saltam á vista alguns pontos, fundamentais á vida dos Covilhanenses que não são tidos em conta pelo executivo municipal.

ATA DA REUNIÃO DE 27/10/2016

Desde logo a primeira dúvida é a de saber do integral cumprimento da Lei dos Compromissos e face a esta quais os fundos disponíveis nesta data.

Depois vamos percebendo a cada rubrica o total desnorte que este Orçamento consagra. Um Orçamento pobre na sua construção, pouco criativo na sua elaboração e totalmente irrealista na sua execução.

Duas notas de relevante importância. A primeira para o aumento das taxas e licenças ou seja um aumento de impostos para os Covilhanenses o que, juntando ao já expectável aumento de impostos por via do Orçamento de Estado para 2017 vai decerto contribuir para um novo ano com muitas dificuldades. A segunda para o incremento nas contratações de pessoal para o ano 2017 seja por via direta seja por via indireta o que se explica, seguramente, com o ano eleitoral em curso.

Mas para que se perceba o quanto é irrealista atentemos aos seguintes pontos:

- 1. No Orçamento esta inscrita uma verba de Receitas de 3.5 Milhões de euros, designada por "Outros" que, na sua quase totalidade diz respeito a rendas de aluguer de infraestruturas, por exemplo as pagas pela EDP. Olhando para os orçamentos precedentes, em 2014 foram executados 1.5 Milhões de euros e em 2015 foram executados 2.5 Milhões de euros. Ou seja, atendendo ao histórico percebe-se facilmente que a execução desta rubrica vai ficar próxima dos 50% ou seja 1.75 Milhões de euros.*
- 2. Ainda nas Receitas esta inscrita, na rubrica Vendas de Bens e Serviços Correntes, entre outros, a venda de uma infindável lista de imóveis, para ser preciso, mais de 800 imóveis, que vêm acompanhado o Orçamento ano após ano e que o tornam completamente irrealista já que são vendas que nunca são realizadas (pequenas parcelas de terrenos em urbanizações, todo o parque de habitação social, etc...) e que servem apenas para compor o orçamento. Em 2015 a taxa de execução desta rubrica foi de 17.6% existindo mesmo sub-rubricas com taxa de execução ZERO. Ou seja, mantendo por princípio uma mesma taxa de execução, a receita expectável não seria de 5.921 Milhões de euros como consta no Orçamento mas sim, 1.042 Milhão de euros. Ou seja uma perda de receita expectável de mais de 4 M€.*
- 3. Analisemos agora a verba de Despesa e mais precisamente a rubrica de Investimento. Aqui, o elenco municipal inscreveu a verba de 7.7 Milhões de euros, ou seja, nesta rubrica consta todo o investimento que o Município pretende realizar ao longo do próximo ano. Percebe-se pois que o executivo pretende financiar este investimento com as receitas provenientes da Venda de Bens e Serviços (5.921 M€) e as tais Outras Rendas (3.5 M€) mas, tal como explicado anteriormente a receita de venda de bens e serviços é de apenas 1.042 M€ e as Outras Rendas serão na realidade de 1.75 M€. Assim, este executivo Municipal pretende cobrir uma despesa de investimento de 7.7 M€ com uma receita de 2.8 M€. Como claramente se percebe apenas 36% do investimento previsto vai ser realizado.*
- 4. Um outro ponto muito importante prende-se com as Refeições Escolares que continuam orçamentadas em 250.000 euros quando se sabe (e ficou comprovado com as alterações feitas ao orçamento do corrente ano) que estas vão custar 750.000 euros.*

Mas para além das despesas serem apenas e de forma fictícia, iguais às receitas, assume ainda maior gravidade que este orçamento foi elaborado totalmente á revelia das Juntas de Freguesia.

Desde sempre que, para a elaboração do Orçamento Municipal, foram previamente ouvidas as pretensões dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia de todas as Freguesias do nosso Concelho. Ora, pela primeira vez, este Orçamento foi elaborado sem terem sido ouvidos os legítimos representantes dos nossos cidadãos que conhecem, como ninguém, as necessidades

ATA DA REUNIÃO DE 27/10/2016

da população do nosso Concelho. As obras consagradas neste orçamento resultam apenas da vontade unilateral da Camara e não das legítimas pretensões das populações.

Face a todas as questões levantadas o Voto dos Vereadores Pedro Farromba e Nuno Reis foi contra a proposta de Orçamento para 2017.”

O Senhor Presidente esclareceu que ao longo do tempo foi auscultando os Senhores Presidentes de Junta relativamente às suas aspirações para o resto do mandato. Sendo certo que, embora não tenha feito uma formal reunião prévia para o efeito, teve em conta as concretas e reais aspirações de cada um dos Senhores Presidentes de Junta, as quais se encontram plasmadas no orçamento que agora estamos a analisar e a discutir. Acresce que, os Senhores Presidentes de Junta conhecem muito bem a realidade financeira do Município.

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse que não teve muito tempo para analisar o documento, mas que considera que este é um documento técnico. “Eu fui chamado a dar o meu contributo, enquanto Vereador em Permanência, e fiz chegar ao Dr. Júlio Costa, nos diferentes pelouros que tenho, a minha perspetiva para o ano 2017.

Como não tive tempo suficiente para analisar o documento, pergunto se foram vertidos no Orçamento os contributos que apresentei.

Por outro lado, manifesto a minha preocupação, porque este é o último Orçamento do Executivo e é o último em que participo, mas isso não quer significar que não manifeste as minhas preocupações.

Refiro-me em particular à questão do Quadro de Pessoal, pois constatei que temos 59 lugares providos para Técnicos Superiores e temos 17 lugares que não estão providos esses lugares. Mas entretanto verifiquei que na alínea e) refere a criação de 20 postos de trabalho com formação superior nas áreas a seguir discriminadas (apenas 17 é que estão lá referidas).

Por outro lado, queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se não é possível a contratação de dois Arquitetos Paisagistas, em vez de um, que é o que aqui está previsto, porque entendo que se deveria criar, no próximo mandato, uma nova estrutura orgânica para o Município, porque a atual não fornece, em nenhum aspeto, eficiência. Se eventualmente se conseguir pôr o Planeamento com o Urbanismo, ficando a Gestão Urbanística, o Planeamento e a Fiscalização juntos, será um passo gigantesco para o Município da Covilhã. Entendo que deve existir um Arquiteto Paisagístico no Planeamento e outro no Urbanismo.

Fiz ainda outro exercício, temos providos 154 Técnicos na Câmara Municipal e 193 Assistentes Operacionais, o que significa que “a massa” que deveríamos ter aqui de produção é, em termos comparativos, uma insignificância em relação às partes técnicas. Há muita gente que manda, pouca gente a executar e muitos dos que mandam, mandam mal. Compreendendo as dificuldades que o Município tem, aceitei o cargo de Vereador em permanência, em 2015, por entender dar o meu contributo e podermos criar uma dinâmica um pouco diferente e creio que devemos fazer uma reflexão sobre estas questões.

Subscrevo o que os Senhores Vereadores Pedro Farromba e José Pinto disseram em relação ao clima saudável e de colaboração que se vive neste momento porque, como sabem, estou na Câmara desde 1993, tive climas divercitários e nunca assisti em nenhuma Câmara que tivesse esta “saúde” de colaboração que sempre houve.

Quanto à proteção civil acho que, no futuro, podemos fazer mais e melhor, sugerindo que em próximos mandatos, a proteção civil possa englobar o que diz respeito aos fogos florestais, porque esta divisão pode ser prejudicial para o funcionamento da estrutura.

Há necessidade urgente de formar manobreadores de máquinas, do quadro de pessoal da Câmara Municipal, para a utilização de máquinas de rastos e zorra.”

O Senhor Presidente, respondendo às intervenções feitas pelos Senhores Vereadores, disse que este Orçamento é um documento eminentemente técnico, que nos dá uma visão clara de tudo quanto está planeado para o próximo ano, tendo em conta as verbas disponíveis.

Sobre a mobilidade referiu que está a ser feito um estudo, promovido por uma equipa multidisciplinar, que irá analisar e desenvolver as melhores opções para a nossa cidade.

O Senhor Vereador Jorge Torrão disse que vota a favor do Orçamento 2017, adiantando que o documento é tecnicamente muito denso quanto à sua conceção e formulação.

A Câmara, com os votos contra dos Senhores Vereadores Pedro Farromba, José Pinto e Nuno Reis, deliberou aprovar a proposta de Orçamento para 2017, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapas de Pessoal, atualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município, e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.

Mais foi deliberado, remeter a presente deliberação à Assembleia Municipal, nos termos do disposto nas alíneas c) do n.º 1 e ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, para os efeitos previstos nas alíneas a) e o) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal, e do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro.

Os Senhores Vereadores Pedro Farromba e Nuno Reis fizeram Declaração de Voto nos termos da sua intervenção.

O Senhor Vereador José Pinto fez a seguinte Declaração de Voto:

“Declaração de voto

Senhor Presidente, acabámos de discutir um documento para o qual não nos foi pedido qualquer contributo como vereadores da oposição.

Como também pode testemunhar, a CDU tem-se vindo a debater por Planos e Orçamentos reais e bem elaborados que concretizassem uma estratégia municipal salvaguardando assim o futuro da cidade e seu concelho, suportando-se ainda, entre outros, nos seguintes documentos e estratégias:

- *Num Saneamento financeiro efetivo*
- *Num Regulamento eficiente para atribuição de apoios e subsídios*
- *Num Plano de desenvolvimento cultural e desportivo*
- *Num Plano de proteção civil que concretize ações efetivas no âmbito da prevenção de incêndios e na criação de aceiros e charcas, ...*
- *Num plano de emergência social*
- *Num plano de apoio à agricultura e floresta*
- *Numa requalificação verdadeira das vias municipais*
- *Numa concretização efetiva das obras previstas nas freguesias*
- *Numa reestruturação do Plano de Transportes Públicos flexível e intermodal*
- *Numa redução de custos nas despesas de aquisição de serviços*
- *Num conhecimento efetivo e partilhado sobre o papel das empresas municipais*
- *Numa redução da fatura da água*

ATA DA REUNIÃO DE 27/10/2016

- ***Num concurso verdadeiro para integração no quadro do pessoal, as tarefeiras a trabalhar há longos anos nos J. de Infância e renumeradas através de falsos recibos verdes***

Como nada disto foi tido em conta ao longo do mandato, nada justificaria votar favoravelmente um documento que em tudo é igual aos anteriores.”

ATA DA REUNIÃO DE 27/10/2016

APROVAÇÃO EM MINUTA

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas por unanimidade, com exceção daquelas em que é referido outro modo de votação.

ENCERRAMENTO

Pelas 22:55 horas, terminada a votação dos assuntos constantes da ordem do dia, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e por Júlio Manuel de Sousa Costa, Chefe da Divisão de Finanças, em substituição da Diretora do Departamento de Administração Geral.

O Presidente, _____

O Chefe de Divisão de Finanças, _____